Ata da Segunda Reunião Ordinária do Quinto Período de Reuniões da Câmara Municipal de Ibaiara, da Sessão Legislativa de mil, novecentos e noventa e oito. Aos onze dias do mês de maio do ano em curso, reuniram-se no Plenário "Dr. Orlando Haddad" os Vereadores: Eduardo Luiz Narani – Presidente, Sebastião dos Santos Vieira – Vice-Presidente, Paulo Antônio Nogueira – 1º Secretário, Luis Carlos dos Santos – 2º Secretário, Edson Costa da Silva – 1º Tesoureiro, Francisco Gonçalves Batista, João Batista de Rezende, Edson Alves de Abreu, Álvaro Eustáquio Pedrosa, Evandro Castanheira Lacerda, Vicente Naime, Emmio Mendes de Siqueira, Cassimiro da Silva, Hélio Mateus da Silva, Camilo Martins André, Nilson Teodoro de Carvalho e Sebastião Carlos Torres. Havendo número regimental, foi aberta a reunião. A ata da reunião foi lida e aprovada. Deram entrada na Casa os Projetos: (1) Projeto de Lei nº 012/98 (Autoria do Chefe do Executivo) "Altera a redação do art. 2º e revoga os artigos 4º (quarto) e 5º (quinto) da Lei nº nº 2.326, de 13 de junho de 1997, e dá outras providências". (2) Projeto de Lei nº 013/98 (Autoria do Chefe do Executivo) "Caracteriza a destinação de bem público imóvel para fins de doação ao Clube de Radioamadores de Minas Gerais e dá outras providências". O Secretário fez a leitura das correspondências recebidas: ofício nº 3485/98, do Presidente da Eletrobrás, fazendo informação; ofício nº 324/98, do Deputado Federal Eliseu Resende, fazendo informação; Pronunciamento do Deputado Federal Zaire Rezende, do PMDB, sob o título "O Descontrole das Contas Públicas"; ofício nº 086/98, da Secretária M. Agricultura e Desenvolvimento Urbano, prestando informação; ofício nº 076/98, do Superintendente Administrativo Isaías José da Silva, prestando informação; ofício nº 003/98, do Superintendente da Vigilância Sanitária e da Coordenadora do Projeto Educação em Saúde e Vigilância Sanitá

ria, fazendo convite para reunião; ofício nº 025/98, do Secretário M. Saúde, fazendo informação; telegrama do Ministro da Agricultura acusando recebimento de ofício e prestando informação. No Pequeno Expediente, já nas comunicações da Mesa, o Presidente participou ao Plenário que concederia um espaço naquela parte da reunião para que pudesse usar a palavra a Sra. Natália N. Coelho, moradora da rua José Augusto do Amaral, que também teve sua casa invadida por uma enchente há quase dois meses. A Sra. Natália disse que a Prefeitura vinha tomando algumas providências quanto à recuperação da sua, mas há quase dois meses vinha sendo mandada de hotel para hotel até que, por último, foi mandada para casa, que ainda estava em situação precária para morada. Explicou que era costureira e precisa voltar a trabalhar devido às suas despesas e esperava por uma solução urgente que resolvesse o seu problema. Pediu a ajuda da Câmara. O Presidente disse que aquelas providências tinham de ser agilizadas, para evitar maiores despesas para o Município e dificuldades na vida daqueles moradores. Pediu que a mesma comissão de Vereadores que esteve no local, no dia do acontecimento, lá retornasse ouvindo os moradores e, depois, trouxesse tudo ao conhecimento do Plenário, para que intercedessem junto ao Prefeito, buscando uma solução para o problema. O Vereador Evandro Castanheira Acerda, que fez parte da comissão juntamente com os Vereadores Sebastião Dos Santos Vieira, Edson Alves de Abreu e Sebastião Carlos Torres, disse que naquela mesma semana ouviram os moradores daquela rua que foram atingidos e, também, se reuniram com o Prefeito, trazendo para a próxima reunião o relatório. O Presidente disse que havia chegado para os moradores daquela rua que o Prefeito não poderia tomar qualquer providência sem a prévia autorização da Câmara, o que não era verdade porque a Prefeitura tinha

a sua autonomia, tanto que o levantamento das necessidades dos moradores já estava com a assessoria jurídica do Prefeito. O Vereador Sebastião Carlos Torres disse que, inclusive, foi a Câmara quem pressionou o Prefeito para que tomasse aquelas primeiras providências. Ao final, a Sra. Natália voltou a pedir alguma providência, com urgência, porque estava sem condição de permanecer na situação em que se encontrava. O Vereador Sebastião dos Santos Vieira, ao seu tempo, disse que gostaria que fosse discutido pelo Plenário a possibilidade de um projeto para acabar com a leitura da ata nas reuniões, uma vez que eram extensas e acabavam tomando grande parte do tempo da reunião, o que impossibilitava a realização da quarta parte, que achava muito importante. Disse que procurou saber junto à Secretaria se haveria a possibilidade de da ata voltar a ser feita da maneira como foi feita há algum tempo, quando os Vereadores recebiam cópia da ata digitada e impressa por computador e, depois de aprovada, era transcrita em livro próprio. Disse que daquela forma, segundo a Secretaria, seria trabalho dobrado e exigiria mais tempo para ser lavrada a ata. Daí, concluiu que para sobrar o tempo necessário para a realização da quarta parte, a ata deveria ser feita da maneira estabelecida pelo Regimento Interno, ou seja, em resumo dos fatos ocorridos na reunião. Disse que as atas ficaram extensas porque os Vereadores pediam para constar em ata determinados assuntos, que eram também lidos, tomando mais tempo da reunião. O Presidente disse que acatava a decisão dos Vereadores. Depois, leu o artigo 104, caput, do Regimento Interno, que dizia que as atas conteriam a descrição resumida dos trabalhos da Câmara durante cada reunião e eram assinadas pelo Presidente, Vice-Presidente, Secretário e por todos os Verea-

dores que a aprovaram. O Vereador Cassimiro da Silva sugeriu que as atas fossem baseadas na Ordem do Dia da reunião, uma vez que era uma síntese da reunião e não haveria a necessidade de se ficar constando tudo o que era dito pelos Vereadores, como vinha ocorrendo por solicitação dos próprios Vereadores. O Vereador Sebastião Carlos Torres disse que todos sabiam que a reunião poderia ser até às 24:00 horas e ultimamente estavam ficando até aquele horário, mas ainda assim não havia a quarta parte, que também achava importante. Achava também que o Regimento Interno deveria ser cumprido e a ata fosse um resumo da reunião. O Vereador Emmio Mendes de Siqueira pediu ao Presidente que a reunião ordinária, de segunda-feira, fosse mesmo só para os trabalhos da Câmara e não para ouvir visitantes. O Presidente respondeu ao Vereador que não tinha como obrigar os empresários a cumprir as regras da Câmara e que na reunião anterior receberam os empresários da INSHUMATECH porque era um assunto de interesse para o Município e foi uma exceção aceita pela Câmara. O Vereador Nilson Teodoro de Carvalho disse que os Vereadores tinham de estar dispostos a trabalharem pelo povo, legislando e fiscalizando e ele acreditava no Presidente porque via que ele era uma pessoa de pulso, que sabia conduzir a ordem. Depois, perguntou ao Presidente se havia no Regimento Interno ou se foi criado de outra forma a escolha de Diretor Social da Câmara, respondendo por ele, quando fazia edocações em reunião que despesas com festas seriam por conta do Legislativo ou falando, pelos Vereadores, a empresas que pretendiam se instalar na cidade que dessem preferência a eventos que fossem encaminhados por Vereadores. Disse que não admitiria aquele tipo de intercessão porque houvesse tinha muita gente que podia ser apresentada por outros tantos Líderes e eles não

os melhores de todos. O Presidente disse que o Vereador falou de assunto diverso do que estava em discussão e que na hora devida seria discutido. O Vereador Luis Carlos dos Santos disse que na última reunião, quando fez o convite, só mencionou quem ocupava e em momento algum falou que a Câmara pagaria as despesas. Quanto aos currículos, disse que se falou em nome dos Vereadores, não falaria mais, mas ele era procurado diariamente por muitas pessoas até em casa. Disse que se houvesse eleição para o cargo de Diretor Social era já candidato. O Vereador Sebastião dos Santos Vieira disse que a sua pretensão ao edocar em discussão aquele assunto sobre a ata era buscar uma maneira melhor para os trabalhos da Câmara, para que houvesse a quorta parte. Disse que depois poderiam voltar a discuti-lo. Na próxima parte, o Vereador Álvaro Eustáquio Pedrosa, líder do Prefeito na Câmara, requereu ao Presidente que retirasse de tramitação o Projeto de Lei nº. 013/98 (Autoria do Chefe do Executivo) "Descaracteriza a destinação de bem público imóvel para fins de doação ao Clube de Radioamadores de Minas Gerais e dá outras providências", uma vez que continha duas proposituras no mesmo projeto: a de desapropriação e a de doação de imóvel. O Presidente chamou a atenção dos Vereadores para o assunto que o Vereador Sebastião dos Santos Vieira iria falar. Com a palavra, o Vereador disse que não pôde falar na reunião anterior porque não houve tempo e que nesta reunião pediu ao Presidente para usar aquele espaço. Disse que todos tomaram conhecimento de um abaixo-assinado dos moradores das ruas próximas à fabrica da PROEX, onde reclamavam do mau cheiro constante no local. Disse que foi ao local, conversou com os moradores e com

o proprietário da PROEX e soube que aquela questão estava na justiça, portanto, não havia ainda a decisão. e não tinha como os Vereadores tomarem alguma atitude. Disse que os moradores queriam que a Câmara ficasse ciente do que estavam passando e, se pudessem, que alguma coisa fosse feita. Já o proprietário convidou para conhecer a fábrica, que atualmente contava com 25 funcionários e estavam sendo cadastrados funcionários para início das obras no CDI, onde seria instalada a fábrica. Ele disse que precisava ampliar suas instalações e tinha grande interesse de mudar daquele local, que realmente não era próprio para aquela atividade. O Vereador Cassimiro da Silva disse que a partir do momento em que a Câmara aprovara a doação do imóvel existia um prazo para a construção do imóvel, que achava que já havia esgotado o prazo para a PROEX. Pediu que acompanhassem mais de perto aquela questão. O Presidente formou a Comissão Especial, com os Vereadores Cassimiro da Silva, Sebastião dos Santos Vieira e Emmio Mendes de Siqueira, para verificar quais as providências estariam sendo tomadas para a solução daquele problema. Na próxima parte dos trabalhos, foram discutidos e votados os seguintes projetos: (1) Em primeira discussão e votação: Projeto de Lei nº 011/98 (Autoria do Chefe do Executivo) "Autoriza o Prefeito Municipal a doar imóvel que menciona à SULMAG - Indústria e Comércio de Alimentos Ltda., e dá outras providências". O Vereador Edson Costa da Silva pediu ao Presidente que sustasse o Projeto uma vez que ele tinha dúvidas quanto à desapropriação da área. Disse que viu no jornal Tribuna de Lavras, nos Atos do Judiciário que ainda tramitava a ação de desapropriação por utilidade pública e ele achava que a questão deveria ser clareada, vendo se não existia qualquer demanda jurídica

que pudesse prejudicar aquela matéria. O Vereador Álvaro Eustáquio Pedrosa pediu licença ao Presidente para que o Secretário fizesse a leitura de um ofício recebido do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, onde constava que o agravo interposto pela Sra. Augusta Guerra Ossimoni, proprietária do terreno que estava sendo doado, foi indeferido pelo Tribunal, que concedeu imissão provisória de posse em favor do expropriante, o Município de Baixas. O Vereador Edson Costa da Silva pediu cópia daquele documento para poder estudá-lo. Deixou claro que não era contra que fosse aberta firma na cidade, mas a função dele, como Vereador, era legislar da maneira mais correta. Pediu vista ao Projeto. O Vereador Paulo Antônio Cerqueira disse que respeitava a posição do Vereador e pediu-lhe que analisasse com brevidade o Projeto porque o mais relevante era que Baixas teria uma empresa que iria gerar mais empregos. O Vereador Edson Costa da Silva disse que até a próxima reunião teria uma visão melhor da matéria e se era viável aquela doação. O Vereador Álvaro Eustáquio Pedrosa sugeriu ao Presidente que invertesse a ordem dos trabalhos para que, talvez, o Vereador tivesse um tempo para analisar o Projeto e o documento, não querendo tirar o direito do Vereador de pedir vista. O Vereador, bem como o Presidente, aceitaram a sugestão e, em seguida, foi posto em discussão para votação, o Projeto de Resolução nº 198 (Autoria do Vereador Álvaro Eustáquio Pedrosa) "Concede Diploma de Honra ao Mérito ao Sr. Antônio Raimundo Veremâncio", em 2ª discussão e votação, secreta. O Secretário fez a chamada dos Vereadores para a votação. Os votos foram apurados pelos Vereadores Hélio Mateus da Silva e Emílio Mendes de Siqueira. Dezessete (17) Vereadores votaram: dezesseis (16) a favor e um (01) contra. O projeto foi aprovado. Em terceira votação e redação final: (1) Projeto

de Resolução nº 198 (Autoria do Vereador Cassimiro da Silva) "Concede Diploma de Honra ao Mérito ao Sr. Carlos Magno Santos". Foi aprovado à unanimidade. (2) Projeto de Lei nº 006/98 (Autoria do Chefe do Executivo) "Revoga os artigos 3º (terceiro) e 4º (quarto) da Lei nº 2.350, de 09 de julho de 1997, e dá outras providências". Foi aprovado à unanimidade. (3) Projeto de Lei nº 008/98 (Autoria do Chefe do Executivo) "Modifica a redação do art. 5º da Lei nº 2.393, de 29/12/97, que autoriza o Poder Executivo Municipal à doar imóvel que menciona à Associação Comunitária do Bairro São Vicente e dá outras providências". Foi aprovado à unanimidade. A Comissão Especial, formada pelos Vereadores Álvaro Eustáquio Pedrosa, Luis Carlos dos Santos e Ennio Mendes de Siqueira, deu seu parecer ao Projeto de Resolução nº 198 (Autoria do Vereador Vicente Naime) "Concede Diploma de Honra ao Mérito ao Sr. Paulo Vitor Nunes". O Secretário fez a leitura do parecer, que depois foi discutido, votado e aprovado. O projeto foi determinado para a Ordem do Dia, para primeira discussão e votação. Neste momento, o Vereador Edson Costa da Silva pediu a palavra e disse que liberava o projeto do seu pedido de vista, mas o que o preocupava era que a questão não havia ainda sido julgada em todo o mérito e o Município tinha a posse do terreno mas ainda haviam outras instâncias para serem acionadas. Como o imóvel pertencia ao Município, no momento, por ordem judicial, ele podia ir a doação. Mais uma vez disse que não era contra a vinda da empresa. Disse que se preocupava também com a Cooperativa Agrícola Alto Rio Grande naquela situação e pedia que tivessem mais atenção com ela, que aqui estava há muitos anos e pertencia à cidade. O Vereador Ennio Mendes de Siqueira afirmou que em nenhum momento alguém a Cooperativa seria prejudicada e que era válido qualquer tipo

de concorrência. O Vereador Paulo Antônio Barqueira agradeceu ao Vereador Edson Costa da Silva pela sua atitude, dizendo que concordava com a sua preocupação, mas que deviam ver que o importante era o número de empregos que seriam gerados. Assim, o projeto foi posto em votação, secreta. O Vereador fez a chamada dos Vereadores para a votação. Os votos foram apurados pelos Vereadores Sebastião Carlos Torres e Edson Alves de Abreu. Dezesseis (16) Vereadores votaram a favor e um (01) votou em branco. O projeto foi aprovado nesta primeira votação. A Comissão Especial, formada pelos Vereadores Álvaro Eustáquio Pedrosa, Edson Alves de Abreu e Evandro Castanheira Macedo, apresentou o seu parecer ao Projeto de Resolução nº 198 (Autoria da Mesa Diretora) "Aprova a Prestação de Contas do Chefe do Executivo, referente ao exercício de 1995", que era pela sua aprovação. Depois que o Secretário fez a leitura do parecer, ele foi posto em discussão e votação e foi aprovado à unanimidade. O Vereador Edson Costa da Silva pediu cópia daquele parecer. Quanto ao Projeto de Lei nº 030/98 (Autoria do Chefe do Executivo) "Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 1.999 e dá outras providências" o Vereador Sebastião Carlos Torres disse que estudou o projeto e comparando-o com o de ano anterior viu que precisava das mesmas emendas feitas naquele projeto. Disse que novamente deveria ser suprimido o artigo que mantinha as bolsas de estudo, porque se o Legislativo não estava podendo concedê-las, da mesma maneira deveria ser com o Executivo, tendo em vista as dificuldades financeiras por que passava o Município, que estava ainda em débito com as escolas. Além dessa emenda, outra aditiva deveria ser feita na parte do Orçamento do Legislativo, no artigo 20, acrescentando-se o termo "inativos"

por uma questão de previsão no caso de invalidez de servidor do Legislativo. O Vereador Sebastião Carlos Torres disse que as emendas eram idênticas às do ano passado, quando houve um consenso entre todos os Vereadores e o mesmo poderia ser feito no Projeto apresentado. Depois disso, o Presidente determinou que o Projeto já poderia passar pelas Comissões Permanentes e que, na próxima reunião, aquelas emendas seriam apreciadas. As Comissões exararam os seus pareceres, que foram discutidos, votados e aprovados, cada um ao seu tempo, e o Projeto foi para a Ordem do Dia da próxima reunião. O Vereador Edson Costa da Silva, por questão de ordem, chamou a atenção dos Vereadores para o art. 6º do Projeto de Lei nº 011/98, da SULMAG, onde havia um erro de redação que deveria ser retificado, uma vez que constava que o prazo seria de "20" e dentro dos parênteses estava escrito "dez". O Vereador Cassimiro da Silva disse que de acordo com as normas do CDL o prazo mencionado no artigo era de 10 (dez) anos. Com a anuência do Plenário foi feita a devida retificação, uma vez que o Projeto havia sido já aprovado na 1ª votação. Por unanimidade, a retificação foi aceita. Em seguida, passaram pelas Comissões Permanentes e foram determinados para a Ordem do Dia da próxima reunião os Projetos: (1) Projeto de Lei nº 012/98 (Autoria do Chefe do Executivo) "Altera a redação do artigo 2º e revoga os artigos 4º (quarto) e 5º (quinto) da Lei nº 2.326, de 13 de junho de 1997, e dá outras providências". O Presidente alertou os Vereadores que aquele Projeto era relativo ao da Cadeia Pública e que na sua justificativa constava que seria retirado da área doada um galpão que seria transferido para outro local onde pudesse ser útil. O Vereador Cassimiro da Silva pediu a palavra e explicou que foi ele quem solicitou aquela medida ao Executivo porque aquele galpão ainda estava com sua estrutura em perfeito estado e poderia servir para a construção de uma

creche, escola ou área de lazer em qualquer bairro do Município e não justificaria doá-lo ao Estado. O Projeto recebeu os pareceres das Comissões Permanentes, que foram discutidos, votados e aprovados, cada um ao seu tempo. O Projeto foi para a Ordem do Dia da próxima reunião, para primeira discussão e votação. (2) Projeto de Lei nº _ /98 (Autoria do Vereador Paulo Antônio Cerqueira) "Dá denominação de rua Eugênio Angêleco", passou pelas Comissões e os pareceres foram discutidos, votados e aprovados. Foi para a Ordem do Dia, para primeira discussão e votação. (3) Projeto de Lei nº _ /98 (Autoria do Vereador João Batista de Rezende) "Declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário da Cachoeirinha". O Projeto estava suspenso pela Mesa porque faltava cópia de documento para ser anexada, o que foi providenciado para esta reunião. Assim, o Projeto passou pelas Comissões e foi para a Ordem do Dia, para primeira discussão e votação, na próxima reunião. (O Projeto de Lei nº 009/98 (Autoria do Chefe do Executivo) "Autoriza o Prefeito Municipal a dar em pagamento à CNEC por débitos municipais, imóvel pertencente à Municipalidade", recebeu o parecer da Comissão de Legislação e Justiça, assinado pelos Vereadores Álvaro Eustáquio Pedrosa e Cassimiro da Silva, que era Pela Competência, com base no art. 14, inciso I, alínea c, que estabelecia que "A alienação de bens municipais, subordinada à comprovação da existência de interesse público, será sempre precedida de avaliação e, quando imóveis, dependerá de autorização legislativa e concorrência, sendo que esta última só poderá ser dispensada, nos seguintes casos: a- ...; b- ...; c- dação em pagamento". O Vereador Sebastião Carlos Torres pediu a palavra e disse que também não assinou aquele parecer, como o terceiro Vereador da Comissão de Legislação e Justiça, porque ainda tinha dúvidas quanto à legali-

dade do ato e preferia ter mais uma semana para dar o seu parecer. O Vereador Sebastião dos Santos Vieira disse que também tinha aquela dúvida e consultaria o seu advogado sobre aquela matéria. O Vereador Edson Costa da Silva disse que a Câmara se norteava pela Lei Orgânica Municipal, que era clara quanto àquela matéria e não havia ilegalidade no ato. O Vereador Leandro Costa Pinheiro Loverdo parabenizou a Comissão pelo seu parecer e disse que concordava com o que foi dito pelo Vereador Edson Costa da Silva. O Projeto continuou, então, sustado pela Mesa Diretora. Também continuou sustado pela Mesa o Projeto de Lei nº 198 (Autoria do Vereador Eduardo Luis Maroni) "Dispõe sobre incentivo fiscal para a realização de projetos culturais, no âmbito do Município e dá outras providências". Já na última parte dos trabalhos, o Presidente designou à Comissão Permanente de Serviços Públicos Municipais para acompanhar a aplicação da verba recebida pelo Município do Governo Federal, do Programa Habitar, para a reforma das casas de famílias carentes. Além dos Vereadores Nilson Teodoro de Carvalho, João Batista de Rezende, Luis Carlos dos Santos e Sebastião dos Santos Vieira, da Comissão de Serviços Públicos Municipais, também participava o Vereador Emmio Mendes de Siqueira. O Presidente sugeriu que a Comissão pregasse na Secretaria de Obras e na Superintendência de Desenvolvimento Social as informações requeridas pelo Vereador Nilson Teodoro de Carvalho, quanto o valor dos materiais gastos para a reforma das casas, para que os trabalhos fossem agilizados. Nos pronunciamentos dos Vereadores inscritos antecipadamente, o Vereador Nilson Teodoro de Carvalho pediu que constasse em ata o seu pronunciamento, com o seguinte teor: "Este Vereador jamais aprovará projetos em troca de currículos e este Vereador enviará, ou outros mais, fazendo um direcionamento a indús-

trias que virão para esta Casa. Não é por aí que nós temos que trabalhar porque eu tenho certeza que tantos e estas pessoas são bastante capazes para educar pessoas hábeis e destinadas a cada padrão do setor de serviço, então, não é dessa forma. Daí que surge o lobby "dando é que se recebe", não é por aí. Eu não vejo este lado. Jamais tentei iludir eleitores oferecendo bolsas de estudo em troca de voto e sim pedindo a estes que escolham o seu candidato competente, que possa fiscalizar, em todos os sentidos, tanto o Executivo como o próprio Legislativo. Nunca mandei cartas também a nenhum político tentando forçar a votar neste Vereador e sim da forma que escolha o melhor, oferecendo a este o Vereador o que é o natural dele e sempre o fará nesta Casa. No entanto, os trabalhos da Câmara, quando se faz relacionado a projeto de doação de qualquer natureza, devemos analisar e aprovar o que for de melhor para o Município e não por interesse de Vereadores fazer política, pedindo preferência de currículos de eleitores destes Vereadores". O Vereador Sebastião dos Santos Vieira, ao seu tempo, falou da Exposição Agropecuária, uma vez que representou a Câmara na Comissão Organizadora do evento. Disse que não houve lucro, mas muito trabalho. Disse que Os Touro Sentado, que tomou a frente da organização e realização da exposição, era formado por pessoas que levaram uma vida modesta e pretendiam, se tivesse sobrado algum dinheiro, aplicá-lo na melhoria da parte artística da próxima exposição. Disse que todos puderam perceber a série de melhorias que houve no parque de exposições: melhor estacionamento, melhor serviço de transporte coletivo, segurança, melhor disposição das arquibancadas e formação de poucas filas para os shows. Disse que por um levantamento prévio feito verificaram que não houve lucro e Os

Touro Sentado tiveram de dar trinta mil reais para o Sindicato Rural de Baixas. Disse ainda que a Prefeitura não ajudou na realização do evento e mesmo assim quiseram credenciais para os shows. O Vereador Nilson Teodoro de Carvalho disse que não pediu credencial e as que foram deixadas para ele, na Câmara, passou para uma funcionária, porque não achava justo porque eles tinham já onde se divertirem, enquanto os pobres coitadinhos que precisavam de festa. O Presidente disse que a Comissão Organizadora encaminhou para cada Vereador credenciais para carro e para a pessoa e ele distribuiu-as aos Vereadores da forma que chegaram. O Vereador Sebastião dos Santos Vieira disse que da próxima vez perguntaria qual Vereador iria querer credenciais. O Vereador Nilson Teodoro de Carvalho disse que desde já dispensava. Ainda nesta reunião, o Vereador Edson Costa da Silva solicitou ao Presidente que no prazo de quarenta e cinco dias, mais ou menos, a Câmara enviasse ofício ao Ministério da Agricultura para que mandasse o resultado das apurações que estavam sendo feitas com respeito ao dinheiro gasto no Comício para beneficiar a comunidade da Cachoeirinha. A Mesa deferiu os seguintes requerimentos para que fossem oficiados às autoridades competente: (a) do Vereador Edson Costa da Silva: enviando quatro de números ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais; pedindo informações à Secretária M. Finanças, sobre serviços de reforma feitos pela Secretaria de Indústria e Comércio, pedindo informações sobre as carteirinhas feitas para atendimento pelo SUS; pedindo a desobstrução da rede para captação de águas pluviais na rua "J", no Conjunto Habitacional "Júlio Sidney Pinto"; pedindo o pagamento de R$ 330,00 (trezentos reais) para as professoras do Município que fazendo o curso do "PROCAP". (foi subscrito por todos os Vereadores) (b) do Vereador João Batista de Rezende: pedindo a recuperação da

ponte que dá acesso à comunidade da Serrinha; pedindo a recuperação das estradas rurais; (c) do Vereador Nilson Teodoro de Carvalho: enviando cumprimentos ao Presidente da Associação dos Lojistas e Feirantes de Barras; enviando agradecimentos ao Dr. Dimas, Promotor de Justiça, e ao Sr. Wandil Baker, Comissário de Menores, pela ajuda oferecida à família do Sr. Jair Afonso Pereira; solicitando ao Prefeito a demissão dos funcionários, de cargos de confiança, que não fazem jus aos salários que recebem; enviando cumprimentos ao Presidente do Lions Clube e ao Presidente do Rotary Barras, pelos serviços prestados à comunidade; enviando cumprimentos ao proprietário do Ceará Móveis, pela ajuda aos menos favorecidos; pedindo ao Executivo a concessão de seis (06) passagens, de ida e volta, para os atletas do Karatê de Contato Kiokushin para o 12º Campeonato Brasileiro, na cidade de São Paulo; pedindo providências para garantir a segurança na E. M. "Oscar Botelho"; reiterando pedido de reparos na rede de esgoto da rua Benjamin Constant; pedindo esclarecimentos sobre as verbas recebidas para reformas de casas de famílias carentes (subscrito pelos Vereadores Eduardo Luiz Narami, Edson Costa da Silva e Emmio Mendes de Siqueira); (d) do Vereador Camilo Martins Andrade: pedindo a recuperação da pavimentação da rua Joaquim Augusto de Andrade; pedindo a construção de um bueiro no início da Avenida "1", no Bairro Dona Julieta; pedindo operação tapa-buraco nas ruas do Conjunto Habitacional "Água Limpa"; pedindo operação tapa-buraco na rua Antônio da Costa Ribeiro e adjacências"; (e) do Vereador Francisco Gonçalves Batista: pedindo capina na rua "2" do Bairro Olaria; pedindo operação tapa-buraco na rua Barbosa Lima, próximo ao Jardim das Acácias; (f) do Vereador Emmio Mendes de Siqueira: pedindo informação sobre o início das obras de constru-

ção da Usina de Fumil; pedindo a criação de banco de sangue no Município; pedindo a lista de exames feitos pelo convênio com o Hospital do Coração (subscrito pelos Vereadores Paulo Antônio Cerqueira e Edson Costa da Silva); denunciando a agressão de uma funcionária da Policlínica a duas senhoras que procuraram por atendimento, no setor de mamografia; requerendo ao Prefeito a retirada do asfalto da Estrada do Madeira, fazendo depois o seu encascalhamento, se a Municipalidade não tiver condições de restaurar a pavimentação da estrada; informando ao Prefeito sobre as reclamações dos usuários dos coletivos urbanos sobre a falta de troco depois do reajuste da tarifa; relatando ao Prefeito que alguns vencedores da licitação para transporte coletivo urbano estariam tentando sublocar a linha para outros concorrentes; solicitando a construção do IML na cidade (subscrito pelos Vereadores Paulo Antônio Cerqueira, Hélio Mateus da Silva e Edson Costa da Silva); pedindo a criação da guarda municipal; lamentando que a municipalidade ocupa várias salas no antigo Colégio Aparecida, pagando aluguel, enquanto o prédio na Av. Dr. Silvio Menicucci estava com espaços ociosos (subscrito pelo Vereador Nilson Teodoro de Carvalho); lamentando o estado caótico dos prédios das escolas que foram municipalizadas; lamentando pelos comentários de que o Prefeito pretendia realizar uma licitação para a contratação de uma firma de pesquisa (7) do Vereador Evandro Castanheira Baeredo; enviando cumprimentos ao Pe. Carlos Martinenghi pela reforma da Igreja Matriz de Sant'Ana (subscrito pelos Vereadores Paulo Antônio Cerqueira e Sebastião dos Santos Vieira); enviando cumprimentos ao Pe. Carlos Martinenghi pelas obras do Recanto Coração de Jesus (subscrito pelos Vereadores Edson Alves de Abreu, Paulo Antônio Cerqueira, João Batista de Rezende, Sebastião dos Santos Vieira e Vicente Naime); pedindo informações sobre a cobrança do ISSQN para pessoa física; enviando cumprimentos ao Comando

da Polícia Rodoviária de Bauxas pelos trabalhos prestados durante a EXPOLAURAS (subscrito pelo Vereador Luis Carlos dos Santos); enviando cumprimentos à proprietária da loja "Terra do Sol", pelas novas instalações (subscrito pelos Vereadores Camilo Martins André, Hélio Mateus da Silva, Paulo Antônio Cerqueira e Luis Carlos dos Santos); enviando cumprimentos à Academia Kemper Forma pela apresentação na EXPOLAURAS (subscrito pelos Vereadores Camilo Martins André, Hélio Mateus da Silva, Sebastião dos Santos Vieira e Luis Carlos dos Santos); enviando cumprimentos ao Sindicato dos Produtores Rurais de Bauxas (subscrito pelos Vereadores Camilo Martins André, João Batista de Rezende, Sebastião dos Santos Vieira e Luis Carlos dos Santos) pela EXPOLAURAS; enviando cumprimentos à Comissão Os Tauro Sentado pela organização da EXPOLAURAS (subscrito pelos Vereadores Camilo Martins André, João Batista de Rezende, Sebastião dos Santos Vieira e Luis Carlos dos Santos); enviando cumprimentos à Administração dos Cemitérios pelas mudanças realizadas nos cemitérios; pedindo o patrolamento e a colocação de meio-fio na rua Dr. Knieplat (subscrito pelo Vereador Hélio Mateus da Silva); pedindo a recuperação do asfalto da rua Barão do Rio Branco; pedindo a limpeza dos ribeirões da cidade; pedindo a recolocação de uma caçamba para coleta de lixo na rua Rufino Alves Costa; pedindo tapa-buraco na rua Deolices Ferreira Silva, no Bairro Boa Vista; pedindo tapa-buraco na rua Magda Cantanheira Macedo; pedindo tapa-buraco na rua 14 de Agosto; (9) do Vereador Eduardo Luis Navarro: pedindo à Superintendência Regional de Ensino, em Campo Belo a manutenção do 2º grau na Escola Municipal "Cinira Carvalho"; fazendo a mesma solicitação à Secretária M. Capacitação e Valorização Humana e ao Prefeito Municipal; solicitando à Secretaria Municipal de Capacitação e Valorização Humana cópia do processo que mudou a denominação da escola na Comu-

nidade da Cachoeirinha Raiol para Escola Municipal "Sebastião Vicente Ferreira"; pedindo ao Prefeito a realização, novamente, do governo Itinerante; ao Prefeito, pedindo melhorias para as professoras municipais (subscrito por todos os Vereadores); (R) do Vereador Antônio Ronaldo, digo, do Vereador Luis Carlos dos Santos; enviando cumprimentos ao escritor Antônio Ronaldo pelo lançamento do seu livro "Paramado"; pedindo o cumprimento da lei referente ao fornecimento de vestuário, botas e luvas de proteção para os servidores que trabalham com a coleta de lixo; pedindo tapa-buraco na rua Evaristo Gomes Guerra; (i) do Vereador Paulo Antônio Cerqueira; pedindo informações à Secretária M. Finanças com respeito à real dívida da Prefeitura com a oficina BOMCAR; pedindo que o Prefeito também tenha coragem de demitir Secretários, Superintendentes e Coordenadores, no seu plano de enxugamento da máquina administrativa; (X) do Vereador Sebastião dos Santos Vieira; pedindo a recuperação da estrada que dá acesso à comunidade de Tabuleiro; pedindo agilidade para a liberação do loteamento do Bairro Jardim Glória. Nada mais havendo a ser tratado, em nome de Deus, foi encerrada a reunião. Em tempo: O Vereador Nilson Teodoro de Carvalho disse que não pediu credencial e sim achava justo que tivesse exposição em bancas para favorecer os eleitores que precisavam se alegrar, porque eles tinham como se alegrar, tinham condições.

Gilmário.

Ata da Terceira Reunião Ordinária do Quinto Período de Reuniões da Câmara Municipal de Ouro Preto, da Sessão Legislativa de mil, novecentos e noventa e oito. Aos dezoito dias do mês de maio do ano em curso, reuniram-se no Plenário "Dr. Orlando Haddad" os Vereadores: Eduardo Luis Marani – Presidente, Sebastião dos Santos Reis – Vice-Presidente, Paulo Antônio Nogueira – 1º Secretário, Luis Carlos dos Santos – 2º Secretário, Edson Costa da Silva – 1º Tesoureiro, João Batista de Rezende, Edson Alves de Abreu, Ernani Mendes de Siqueira, Álvaro Eustáquio Pedrosa, Vicente Naime, Leandro Castanheira Macedo, Cassimiro da Silva, Hélio Mateus da Silva, Camilo Martins André, Nilson Teodoro de Carvalho e Francisco Gonçalves Batista. Havendo número regimental, foi aberta a sessão. A ata da sessão anterior foi lida e aprovada. O Secretário fez a leitura das correspondências recebidas: convite para a inauguração da sauna e do Bar da Associação Olímpica de Ouro Preto; agradecimentos dos familiares do Sr. Eugênio Angélico; convite da E. M. "Álvaro Botelho"; convite para o Projeto "Ouro Preto SOS Minas", da Secretaria M. Qualidade de Vida e da Secretaria de Esportes e Lazer; Ofício nº 023/98, da Secretária M. Finanças, fazendo informação; Ofício nº 022/98, da Secretária M. Finanças, enviando Balancete de dezembro de 1997, e o disquete do SIPP/97; agradecimentos do Diretor Presidente do Expresso Nepomuceno Ltda.;